



**PARECER DO CONSELHO DE AUDITORIA
SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS
DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA
EXERCÍCIO DE 2012**

1. Em cumprimento do disposto na alínea e) do nº 2 do artigo 17º dos Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), aprovados pelo Decreto-Lei nº 235/2008, de 3 de dezembro, o Conselho de Auditoria vem apresentar o seu Parecer sobre o Relatório de Gestão e as Contas relativas ao exercício de 2012.
2. O Conselho de Auditoria acompanhou, durante o exercício findo, a evolução da atividade da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e dos seus Departamentos através da análise da documentação financeira e outra referente à atividade que foi recebendo e da análise das atas das sessões da Mesa que apreciou nas suas reuniões mensais. Além disso, foram efetuadas algumas reuniões com membros da Mesa e outros responsáveis de alguns Departamentos e Gabinetes no sentido de se informar sobre a atividade desenvolvida.
3. Em 31 de dezembro de 2012, o número de trabalhadores da SCML totalizava, segundo o relatório de gestão e contas, os 4.831 (+ 23 efetivos do que em 2011, traduzindo uma relativa estabilização do número de trabalhadores face ao crescimento ocorrido no ano anterior essencialmente por força da integração dos trabalhadores dos estabelecimentos cedidos do Instituto da Segurança Social). O vínculo laboral predominante continuou a ser o contrato individual de trabalho (76,8%). Cerca de 64,0% destes trabalhadores encontra-se afeto ao Departamento de Ação Social e Saúde (3.094 efetivos). A taxa de absentismo global foi de 6,2% face aos 6,5% do ano anterior.

Por seu turno, o número de prestadores de serviço ascendeu a 649 (- 48 do que em 2011), maioritariamente ajudantes familiares (433) e amas (121).



4. Em 31 de dezembro de 2012 e segundo o relatório de indicadores da direção financeira do mês de novembro de 2012 (último disponível nesta data), o património imobiliário gerido pela SCML era composto por 551 imóveis (407 prédios urbanos, 118 prédios rústicos e 26 prédios mistos).

Ainda na área do património, o “Fundo de Investimento Imobiliário Fechado - Santa Casa 2004”, subscrito, na íntegra, em 2004, pela instituição, com o propósito de garantir a salvaguarda da titularidade do património afeto ao Fundo e o controlo da sua gestão, integrava, no final de 2012, vários imóveis e apresentava um valor líquido de 48,7 milhões de euros (e representava um decréscimo face aos 53,1 milhões de euros de 2011, 55,4 milhões de euros observados em 2010 e 59,4 milhões de euros registados no final de 2009).

5. No final do exercício, o Conselho de Auditoria analisou o Relatório de Gestão e Contas de 2012, que lhe foi apresentado pela Mesa em 18 do corrente mês de março, o qual inclui as demonstrações financeiras consolidadas da SCML (balanço consolidado, demonstração consolidada dos resultados por naturezas, demonstração consolidada da alteração dos capitais próprios, demonstração consolidada dos fluxos de caixa e correspondentes anexo às demonstrações financeiras consolidadas), bem como as demonstrações financeiras separadas relativas a Ação Social, Saúde, Qualidade e Inovação, Empreendedorismo e Economia Social, Gestão Imobiliária e Património e Serviços Instrumentais, ao Hospital Ortopédico de Sant'Ana (HOSA), ao Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão (CMRA) e à Escola Superior de Saúde do Alcoitão (ESSA). Este Conselho também analisou o Relatório de Contas de 2012 do Departamento de Jogos, que mereceu parecer favorável do Conselho de Jogos no dia 18 do corrente mês de março.
6. Da documentação que nos foi presente pela Mesa faz parte um relatório das atividades desenvolvidas pelas várias estruturas da SCML durante o ano de 2012, aprovado pela Mesa em 14 de março de 2013, que igualmente foram objeto de análise e consideramos tratar-se de um documento detalhado e que descreve os aspetos mais significativos da atividade desenvolvida pela SCML nas áreas muito vastas em que a mesma se exerce.
7. O Conselho de Auditoria esclareceu-se ainda sobre os trabalhos desenvolvidos pelos Auditores Externos, apoiou-se nos relatórios por si emitidos em 20 de fevereiro (HOSA e CMRA), em 25 de fevereiro (ESSA), em 7 de março (Departamento de Jogos) e em 14 de março (serviços



centrais e consolidado), salientando-se as recomendações formuladas aos serviços da SCML em sede de controlo interno. Procedeu também à revisão das situações mencionadas nos pareceres do Conselho de Auditoria sobre as contas dos exercícios anteriores.

8. Pela análise efetuada ao estudo atuarial independente das responsabilidades com benefícios de reforma a que por lei a SCML está obrigada, observa-se que o valor do Fundo de Pensões da SCML se reduziu durante 2012 aproximadamente 3 milhões de euros, ultrapassando, no entanto, em cerca de 460 mil euros, na SCML, e em 216 mil no Departamento de Jogos, o montante das responsabilidades presentes da obrigação com complementos de pensões para que foi constituído.
9. No que em particular respeita às contas da SCML relativas ao exercício de 2012, consideramos de destacar o seguinte:
 - 9.1. O resultado líquido consolidado de 2012 registado nas contas da SCML, sem Departamento de Jogos, situou-se no montante de 15,46 milhões de euros face ao valor negativo de 4,25 milhões de euros registados no final do exercício de 2011. Este resultado foi consequência de se ter verificado uma substancial recuperação dos resultados operacionais que passaram de 24,05 milhões de euros, negativos, no final de 2011, para um resultado operacional positivo de 1,6 milhões de euros no final de 2012. A influenciar o resultado negativo de 2011 esteve o reconhecimento nesse ano de imparidades em propriedades de investimento de 15,5 milhões de euros que não repetiu em 2012. A contribuir positivamente para a melhoria dos resultados operacionais entre o exercício de 2011 e 2012 temos a redução de gastos com o pessoal de 13,9 milhões de euros, mitigada pela redução dos rendimentos e ganhos em 2,97 milhões de euros (não obstante os resultados dos jogos sociais terem aumentado) e pela redução dos juros e rendimentos obtidos que passaram de 19,8 milhões de euros em 2011 para 13,87 milhões de euros em 2012. A diminuição dos gastos com o pessoal reflete, entre outros, o efeito da suspensão dos subsídios de férias e de Natal aplicada em 2012 aos trabalhadores com contrato de trabalho em funções públicas (abrangeu 418 colaboradores no subsídio de férias e 378 colaboradores no subsídio de Natal).
 - 9.2. Por sua vez, os resultados obtidos do Departamento de Jogos retomam em 2012 um sentido do seu crescimento, interrompendo assim uma tendência de descida que se vinha a manifestar nos últimos anos, apenas com uma estabilização no exercício de 2011. O resultado líquido global do Departamento de Jogos atingiu, neste exercício, o



valor de 534,46 milhões de euros face aos 525,96 milhões de euros observados no final do ano de 2011. Para o referido resultado histórico, contribuíram o totobola com 0,5%, o totoloto com 8,8%, o Joker com 3,1%, o euromilhões com 74,1%, a lotaria nacional com 1,3% e a lotaria instantânea com 12,2% (jogo que registou o maior crescimento face a 2011).

- 9.3. O euromilhões continua a ser a principal fonte de recursos da SCML. Por esse motivo, o Conselho de Auditoria tem analisado a evolução do que designou como a propensão média às apostas no euromilhões medido pelos proveitos brutos *per capita* obtidos por este jogo em cada país aderente por lhe parecer constituir um indicador internacional que, do nosso ponto de vista, deve merecer particular atenção. Assim, Portugal continua a ser o país aderente ao euromilhões que proporciona a este jogo proveitos brutos *per capita* mais elevados, que em 2012 representou 2,9 vezes a média dos nove países aderentes. Esta desproporção estatística reduziu um pouco face aos anos anteriores (3,2 vezes a média em 2011 e 3,5 vezes a média em 2010) mas é representativa da exposição a que os proveitos do Departamento de Jogos se encontram face a este jogo em particular. O indicador deve constituir também um alerta face à eventualidade do comportamento do apostador vir a evoluir no sentido da aproximação aos padrões internacionais traduzidos pela média dos nove países.
10. Dos resultados apurados pelo Departamento de Jogos no exercício de 2012 coube à Santa Casa o montante de 157,14 milhões de euros (158,41 milhões de euros, em 2011), valor que inclui 13,6 milhões de euros de prémios caducados (13,9 milhões de euros, em 2011), e ao CMRA o montante de 3,64 milhões de euros (4,34 milhões de euros, em 2011).
11. A diferença entre o resultado apurado (534,46 milhões de euros) e o resultado atribuído aos beneficiários (534,33 milhões de euros) corresponde a valores retidos para reforço dos fundos legalmente exigidos no montante de 131 milhares de euros.
12. Quanto à execução orçamental, constante da nota 37 do Anexo, verifica-se que ocorreram desvios positivos nas receitas correntes consolidadas de 5,1% face ao orçamentado e redução das despesas correntes consolidadas de 11,0% em relação ao orçamento, o que originou um desvio positivo do saldo corrente consolidado de cerca de 33 milhões de euros face ao orçamento. Em termos de execução final conclui-se que o saldo corrente de 2012 compara com o saldo corrente de 2011 representando uma redução de 5,2% entre os dois anos.



A execução orçamental positiva neste período ficou a dever-se essencialmente ao desvio positivo dos rendimentos derivados dos jogos sociais - integrados na rubrica outros rendimentos e ganhos - que totalizaram, no período, 168,1 milhões de euros, representam 78,6% das receitas correntes consolidadas e apresentam um desvio positivo face ao orçamento de 9,2%.

Quanto às despesas correntes consolidadas, assumem relevância a rubrica de fornecimentos e serviços externos, que representa 30,9% do total dos gastos, e que estabilizou em relação ao período homólogo do ano anterior, registando, no entanto, uma melhoria de 17,6% face ao orçamento, bem como a rubrica de gastos com o pessoal (53,8% dos gastos) com uma melhoria de 9,7% (correspondendo a 10,56 milhões de euros) face ao orçamento para o que contribuiu a suspensão dos subsídios de férias e de Natal imposta aos trabalhadores com contrato de trabalho em funções públicas.

Para a evolução do saldo corrente consolidado no final de 2012 contribuíram, em termos de execução orçamental, os Serviços Centrais que apresentam um desvio positivo de 33,4 milhões de euros, o HOSA com um desvio positivo sem significado, o CMRA com um desvio negativo de 45 milhares de euros e a ESSA com um desvio negativo de 402 milhares de euros.

13. De acordo com pesquisa efetuada no *site* www.base.gov.pt (portal dos contratos públicos), constatamos que, relativamente aos ajustes diretos não simplificados realizados em 2012, a SCML apenas publicitou 89, a que equivale um valor total de adjudicações de cerca de 11 milhões de euros.

Nos termos do nº 2 do art.º 127º do Código dos Contratos Públicos, aquela publicitação “...*é condição de eficácia do respetivo contrato, independentemente da sua redução ou não a escrito, nomeadamente para efeitos de quaisquer pagamentos*”.

Assim, existindo ajustes diretos contratados em 2012 pelas entidades do universo SCML em número superior àqueles 89 publicitados (segundo informação da Direção de Aprovisionamento e, até dezembro de 2012, tinham sido realizados 488 ajustes diretos não simplificados, correspondentes a um valor de adjudicação de 59,8 milhões de euros) impõe-se, à semelhança do recomendado no ano anterior, a correção imediata desta omissão, atentas as consequências, do seu incumprimento.



14. O Conselho de Auditoria tem vindo a recomendar nos seus Pareceres sobre as contas anuais da SCML, que se empreenda uma profunda reformulação do tipo de relatório que deverá passar a acompanhar as contas consolidadas e que poderia, com vantagem evoluir para um tipo de Relatório de Gestão mais sintético, virado para o exterior da Instituição em vez de ele constituir um Relatório de Atividades demasiado detalhado e de pendor interno.
15. Desse relatório deverá fazer parte um capítulo com a análise da posição financeira, apreciação sobre a evolução dos resultados obtidos e análise da respetiva execução orçamental, matérias que ainda estão ausentes do atual Relatório a que se reporta a presente prestação de contas.
16. A evolução positiva do comportamento dos resultados operacionais, ocorrida no exercício de 2012, não dispensa que o Conselho de Auditoria alerte a Mesa para a premência da adoção das medidas que consolidem esta evolução e também para o controlo da expansão da oferta dos serviços que a SCML proporciona por forma a assegurar a sua sustentabilidade futura.
17. Por outro lado, o Conselho de Auditoria fez referência no Parecer sobre as contas de 2011 à perda por imparidade no montante de 15,5 milhões de euros registada nesse ano no valor de dois edifícios adquiridos em 2008 para instalação de serviços da SCML.

A conjuntura da atividade imobiliária e em particular do imobiliário de escritórios na cidade de Lisboa não é certamente propícia a uma recuperação tão significativa do valor perdido. Porém, não pode o Conselho de Auditoria deixar de exprimir o voto de que a Mesa diligencie as ações que se mostrem apropriadas no sentido de obter alguma recuperação daquele valor ou por via de alguma operação imobiliária que seja possível montar ou pela requalificação dos edifícios de forma a restituir-lhes características que determinaram a sua aquisição. Além disso, entende o Conselho de Auditoria que deverão ser adotadas, para futuro, metodologias mais apropriadas na identificação e caracterização das necessidades de instalação dos serviços e na obtenção das soluções técnicas e construtivas, bem como na pesquisa de alternativas de oferta de edifícios e níveis de intervenção em que tais operações devam decorrer, sempre que situações análogas se apresentem a fim de prevenir a repetição de situações deste tipo.

PARECER

18. Face ao acima exposto, com as ênfases constantes dos Relatórios de Auditoria do CMRA e ESSA elaborados pelos Auditores Externos que nos foram presentes e com os quais concordamos, o Conselho de Auditoria exprime o seu parecer favorável à aprovação das contas e da proposta de aplicação dos resultados do exercício de 2012.

Lisboa, em 22 de março de 2013.

O Conselho de Auditoria,



Presidente: José Henrique Rodrigues Polaco



Vogal: Joaquim Manuel da Silva Neves